

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

INCLUSIVE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Grazielly Maria de Oliveira Siqueira¹

Lilian Rosa da Silva²

Patrícia Miranda Ribeiro³

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que discutirá algumas considerações sobre os desafios e as possibilidades na formação de professores para a Educação Inclusiva no Ensino Superior. O trabalho faz uma reflexão sobre a Educação Inclusiva brasileira e o papel da formação de professores, destacando a importância da interação social na formação do indivíduo, respeitando suas diferenças e singularidades enquanto cidadão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Interação Social.

ABSTRACT

This article is the result of a literature that discusses some considerations about the challenges and possibilities in teacher education for Inclusive Education in Higher Education . The work is a reflection on the Brazilian Inclusive Education and the role of teacher , highlighting the importance of social interaction in shaping the individual , respecting their differences and singularities as a citizen.

KEYWORDS: Inclusive Education . Teacher Training . Social Interaction.

1. INTRODUÇÃO

A principal proposta deste trabalho é analisar e discutir a atual situação da Educação Inclusiva no Brasil, bem como a importância da formação de professores no processo pedagógico do Ensino Superior, a fim de possibilitar a

¹ Bacharel em Ciências Contábeis e Direito pela Faculdade de Anicuns – Anicuns/GO; E-mail: graziellycont@hotmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Goiás – Goiânia/GO; E-mail: lilianrosasilva2@hotmail.com

³ Mestranda em Educação pela Faculdade Integrada de Goiás. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – Goiânia/Go e Bacharel em Direito pela Faculdade de Anicuns; E-mail: pmribeior@hotmail.com

interação social e, sobretudo contribuir para uma atuação do indivíduo na sociedade.

Pensar em Educação Inclusiva significa buscar meios de incluir todos os indivíduos no processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de possibilitar uma educação libertadora, conscientizadora e comprometida tanto com a formação quanto a transformação do homem perante sua realidade e o seu mundo.

Antes de discutir sobre o tema Formação de Professores para a Educação Inclusiva, faz-se necessário tecer algumas reflexões acerca da atual situação da Educação Inclusiva no Brasil e como os docentes universitários se posicionam diante das possibilidades e desafios da Educação Inclusiva. No entanto, convém ressaltar que a atual necessidade da educação é viabilizar um ensino de qualidade que venha romper com os velhos paradigmas da educação padronizada que ainda exclui aqueles que se encontram diante dos padrões com necessidades especiais.

A Educação Inclusiva dentro da perspectiva da inclusão consiste, numa concepção filosófica, buscando realçar os valores e os deveres do homem. A inclusão é o processo pelo qual, a sociedade busca se adaptar para incluir pessoas com necessidades especiais no meio social em geral, levando-as a seguir o seu papel de cidadão, pois todas sem exceção são sujeitos de direitos, sendo todas iguais na condição de pessoas humanas. Desse modo, a discussão a respeito da Educação Inclusiva, tornou-se foco de debates sociais nas últimas décadas do século passado e início deste. Sendo assim, no decorrer deste artigo haverá uma breve incursão histórica da Educação Inclusiva no Brasil, suas concepções e a atual realidade, com o objetivo de que haja uma reflexão desde o início desta política de Educação Inclusiva até a contemporaneidade, aprofundando conhecimentos sobre os termos inclusão e educação inclusiva.

Inicialmente, tenta-se esclarecer o papel e as características dos docentes universitários e a importância de refletirem e discutirem sobre a questão da Educação Inclusiva. Neste contexto, discute-se como ocorre esse processo de inclusão dentro da universidade. Em seguida pretende-se evidenciar como ocorre a formação desses professores tendo em vista a diversidade dos alunos. E por fim, pretende-se esclarecer a real importância da

Educação Inclusiva no Ensino Superior, o qual tem o dever de cumprir com a sua função social e transformadora das interações sociais no meio em que vive.

Com o objetivo de trazer reflexões sobre essas questões presentes na Educação Inclusiva do Ensino Superior, ressaltam-se os estudiosos dessa área: Mantoan (2004), Mittler (2003), Reis (2006), Almeida (2007) e Veiga (2006).

2. Concepção de Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é o meio que busca integrar todos os educandos no mesmo processo de ensino-aprendizagem, impedindo a segregação, com a finalidade de atender a todos de forma igualitária, independente de sua cor, raça e demais habilidades.

Sassaki (1998, p. 8) diz como conceito de,

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que freqüentariam se não fossem deficientes.

Essa educação começou a ter foco a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994), onde foi elaborada a Declaração de Salamanca que envolve vários princípios na área das necessidades educativas especiais. Essa declaração destaca que todas as pessoas tem o direito a uma educação igualitária, padronizada e de boa qualidade.

Conforme alega Edler (1998, p.56):

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e/ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, [...] e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados

Quando se fala de criança, abrange todas as pessoas, pois é um desafio geral, e que deve ser feito em todas as esferas, para ter uma escola mais democrática.

Para entender melhor quando se fala em necessidades especiais, Reis (2006) fala do conceito de necessidades especiais implica na inclusão de crianças portadoras de deficiências ou qualquer outro tipo de dificuldade de aprender, seja ela social, econômica e cognitiva. Neste sentido, o processo de inclusão na educação deve proporcionar a cada indivíduo a capacidade de ter oportunidades diversas no processo de formação. Esse termo inclusão deve ser categórico na prática da educação feito no dia a dia, pois significa oferecer um ensino regular que atenda a todas as singularidades, ou seja, especificidades.

Diante dessa perspectiva educacional a Educação Inclusiva requer uma ampla integração que atinja não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais alunos, pois nela, o indivíduo é considerado como cidadão de direitos, possibilitando assim a sua inserção na sociedade. Vale lembrar que, quando se diferencia os educandos em um mesmo processo de aprendizagem, damos origem à verdadeira exclusão. Nesse sentido, cabe aos profissionais da educação estarem preparados para lidar com a heterogeneidade entre os alunos, principalmente quando se trata do Ensino Superior, que deve propor aos educandos uma formação capaz de torná-los competentes e ativos na sociedade. Mantoan (2004, p.81), afirma:

[...] a inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

Desta forma, o processo de Educação Inclusiva implica em mudanças de comportamentos tanto na escola quanto no sistema, além de exigir uma nova visão das pessoas, de modo a mudar a mentalidade, buscando com isso respeitar as limitações e diferenças de cada indivíduo. Sob essa vertente Mittler (2003, p.134) preconiza:

[...] a inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, *background* social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

O termo inclusão implica em diversas concepções na área da educação tais como: educação inclusiva, inclusão escolar, inclusão social, escola inclusiva e inclusão de portadores de necessidades especiais. Sendo assim, para melhor refletir acerca da Educação Inclusiva, faz-se necessário a apresentação do histórico, para que haja um melhor conhecimento do sistema de organização educacional e com isso venha possibilitar a educação para todos.

3. A Educação Inclusiva no Brasil

A Educação Inclusiva no Brasil demorou a ser compreendida e respeitada dentro do processo da educação, apesar de ser um tema que vem sendo tratado há anos. O atendimento aos portadores de deficiências no Brasil era realizado de maneira assistencialista, uma vez que a deficiência era considerada como uma doença crônica. O deficiente era visto como uma pessoa inválida e incapaz de realizar qualquer atividade favorável que contribuísse para a sociedade. Contudo, aproximadamente em meados do século XX, começaram a surgir experiências educacionais e atendimentos para essa população.

Um dos primeiros atendimentos especializados ocorreu através do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 no Rio de Janeiro sendo conhecido atualmente como Instituto Nacional de Surdos, o INES. Em 1973, a Educação Inclusiva foi institucionalizada com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), fundado pelo MEC, que se transformou atualmente em Secretaria Nacional de Educação Especial (SESPE). Esta instituição criou um modelo educacional com ênfase terapêutica, que promovia

a reabilitação e adaptação do indivíduo ao meio social em que ele devia ser inserido conseqüentemente a sua inclusão. Posteriormente, em 1988, a Constituição Federal destaca como um de seus objetivos fundamentais (promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e dentre outras formas de discriminação) considerando a educação dessa maneira como um direito através do qual cada pessoa deve exercer a sua cidadania.

O ponto inicial da Educação Inclusiva ocorreu em meados do século XX com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, resultando na Declaração de Salamanca, no qual, norteia meios e práticas para desenvolver educação de qualidade para todos. Segundo Santos e Teles (2012, p.81):

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta de elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca foi um documento de grande relevância para a Educação especial, no qual encaminhou as diretrizes básicas e ampliaram o caráter da Educação Inclusiva de modo a realizar o atendimento educacional especializado, possibilitando o ensino regular na rede pública de ensino. Desse modo, a Educação Inclusiva na Educação Básica, resume-se na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º. Este grande avanço deu origem a construções de escolas inclusivas, cujo objetivo era garantir o atendimento à diversidade humana dentro do ensino regular.

Apesar de todos os esforços realizados nesse sentido, atualmente ainda se lida com a exclusão dentro do processo educacional, onde o direito das pessoas é desconsiderado, pois até mesmo dentro do Ensino Superior se vê a diferença de tratamento entre alunos regulares e especiais, ou seja, considera-se regular aquele aluno tido como normal e especial aquele portador de alguma deficiência, ficando evidente que estas manifestações são formas de exclusão.

De acordo com o documento da UNESCO (1968):

A forma enriquecida de educação comum, tendente a melhorar a vida daqueles que sofrem diversas deficiências; enriquecidas no sentido de recorrer aos métodos pedagógicos modernos e ao material técnico para remediar certos tipos de deficiências. A falta de intervenção deste tipo tem levado muitos deficientes a correrem o risco de ficarem, em certa medida, inadaptados e diminuídos, do ponto de vista social, e sem conseguir alcançar jamais o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Há grandes desafios a serem transpostos, dentre eles merecem destaque, a necessidade da sociedade de mudar suas atitudes e pensamentos em relação ao estudo em foco, melhor formação dos professores, em especial, do Ensino Superior, através de melhorias na qualidade do ensino, adequação dos materiais didáticos a serem usados.

Não esquecendo na dificuldade das pessoas com necessidades especiais tem na sua atuação profissional devido algumas limitações naturais, e que através da educação isso pode ser melhorado ou diminuído.

Conforme Glat (1995, p. 26):

“Outro aspecto importante do papel de deficiente é que ele é exclusivo. Ou seja, enquanto nós, pessoas “normais” temos uma gama razoável de papéis que podemos desempenhar na nossa vida, uma vez que um indivíduo seja “escalado” para representar o papel de deficiente, com raras exceções ele não será convidado para desempenhar nenhum outro papel! Conseqüentemente, esse papel passa a ser o único disponível no seu repertório, limitando assim suas oportunidades educacionais, sociais e afetivas”

Portanto, através da educação e conscientização da população deverá buscar desenvolver estratégias para que essa exclusão natural da vida seja menor possível.

4. A Formação de professores no contexto da Educação Inclusiva

Um dos desafios da Educação Inclusiva está realmente, pautado na falta de profissionais capacitados para atuar com essas singularidades. Muitos professores não conseguem trabalhar com a heterogeneidade entre os alunos gerando com isso a exclusão.

O que fica explícito que a docência universitária deve ser bem trabalhada, no qual o profissional da educação vai gradualmente adquirindo o caráter de compromisso com a luta pela democratização do ensino, principalmente quando se trata da política de inclusão no Ensino Superior. Nesse sentido Almeida (2007, p. 336) ressalta que, “formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para um outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

Sendo assim, Veiga (2006) afirma que formar professores universitários implica compreender o papel da docência possibilitando que o professor se torne um agente fundamental no processo científico pedagógico, capacitando-os para enfrentar questões importantes do Ensino Superior como instituição social, uma prática social que reflete com as ideias de formação, reflexão e crítica.

A docência universitária deve romper com as práticas tradicionais de ensino que está vinculada ao currículo fragmentado, que não faz a união das disciplinas com base em análises e discussões críticas sobre a exclusão, de modo geral. Assim para Pachano (2008, p.18):

Um dos desafios fundamentais da educação superior, no contexto de mudanças que hoje vivemos, deveria ser a participação da universidade, por meio do trabalho de seus professores, na luta pela democratização de acesso a novas tecnologias e alternativas sustentáveis para uma vida melhor. [...] É necessário que os professores universitários compreendam a cultura de exclusão que vem marcando a história da universidade e compreendam seu papel como protagonistas das mudanças necessárias.

Sendo assim, é importante afirmar que o curso de docência universitária facilita uma reflexão a atuação do professor, deixando-o apto a lidar com todas as diferenças, a fim de contribuir para o sucesso do trabalho pedagógico. Uma vez que, somente a formação inicial de graduação não dá suporte para as diversas situações em que o Ensino Superior tende a enfrentar, principalmente, quando o quesito é lidar com os princípios inclusivos, que, proporcionaram uma prática reflexiva individual e coletiva. Lidar com a formação de professores significa ensinar, instruir, indicar e contribuir para que o ensino, a pesquisa e a

transformação dos docentes e discentes sejam eficazes no processo de formação.

Para Perrenoud (1999, p. 2):

Quase que a totalidade das ações humanas exige algum tipo de conhecimento, às vezes superficial, outras vezes aprofundado, oriundo da experiência pessoal, do senso comum, da cultura partilhada em um círculo de especialistas ou da pesquisa tecnológica ou científica. Quanto mais complexas, abstratas, mediatizadas por tecnologias, apoiadas e modelos sistêmicos da realidade forem consideradas as ações, mais conhecimentos aprofundados, avançados, organizados e confiáveis, elas exigem.

Contudo, o exercício da docência não pode ser considerado algo permanente e estático, pois passa sempre por processos gradativos de mudanças, que implicam inovação na experiência e na prática pedagógica, e ainda ter que buscar atualizar sempre em sua área, ou seja, formação continuada, afinal, o processo de melhoria e mudança não é de um dia para outro.

Bueno (2001, p. 15) coloca quatro desafios que a educação inclusiva impõe à educação de professores:

- formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico;
- formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular;
- formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e a as minorias;
- formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas especiais.

Os professores e os alunos estão inseridos em um contexto social que pode variar de acordo com o tempo e o espaço, impulsionando-os a vivenciar diversas transformações seja ela social, econômica, cultural e histórica. Cunha (2006, p. 28) ressalta que:

[...] a docência é uma ação complexa, em que exige saberes de diferentes naturezas, alicerçados tanto na cultura em que o professor se produz, como na compreensão teórica que lhe possibilita justificar

suas opções. Teoria e prática, articuladas entre si, se constituem nos alicerces de sua formação.

Essa complexidade docente e a relação ensino aprendizagem se caracterizam a partir das interações sociais que o indivíduo sofre no seu meio. Dessa forma, a interação é importante para o processo de aprendizagem, pois oferece possibilidades para que os educandos aprendam e avancem de acordo com a sua realidade social em que estão inseridas.

Para melhor analisar essa prática interacionista no processo de formação e inclusão, faz-se necessário destacar e considerar as bases teóricas de dois autores empenhados neste processo de desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky (1896-1934) e Wallon (1889-1962).

A abordagem sócio-interacionista de Vygotsky (2007) afirma que o indivíduo adquire formação a partir das interações com o meio social em que se vive, ou seja, um sempre é mediado pelo outro e vice-versa. De forma direta, o Ensino Superior lida com essa competência interacionista, criando um ambiente democrático na inserção da Educação Inclusiva. Verifica-se que o desenvolvimento do ser humano não deve ser considerado algo universal, linear ou gradual, pois depende do meio em que cada um vivência e também de suas particularidades, uma vez que cada um tem o seu processo de desenvolvimento. Segundo Freitas e Andrade (2010, p.177) Vygotsky destacou importantes estudos sobre a Educação Inclusiva:

Assim para Vygotsky, as pessoas com deficiência podem se beneficiar do processo de aprendizagem da mesma forma que as demais, desde que sejam corretas e devidamente estimuladas desde cedo, e que, também, o ambiente educacional seja receptivo, utilizando-se de recursos educacionais adequados, a fim de que ela possa assimilar uma parte significativa dos conhecimentos.

No campo de afetividade entrelaça na dinâmica do desenvolvimento humano, sendo imprescindível que o Ensino Superior estabeleça condições de bem-estar para os educandos, através de sua relação com o mundo. Para isso, deve-se desenvolver uma ação pedagógica que estimule o respeito perante o desenvolvimento cognitivo, afetivo, expressivo e social sem desprezar as particularidades das pessoas. Nesse assim, Wallon (1995) considera a pessoa de forma completa, não fazendo separação entre os domínios afetivo, cognitivo

e motor, mantendo uma visão humanista na relação da integração entre os indivíduos.

A afetividade assume um papel relevante entre os estímulos sociais e na apropriação da capacidade intelectual de cada pessoa, principalmente nas interações do processo de desenvolvimento e conhecimento. Wallon (1995, p. 102) afirma que:

Ora, sem atividade coletiva não há conhecimento, nem linguagem, nem simbolismo possível. Se, pois, a emoção ritualizada desempenha sem dúvida um papel no advento da atividade simbólica, se ela parece ter antecedido as manifestações mais decisivas da vida e da alma coletiva, é preciso reconhecer nela um intermediário necessário entre o automatismo e o conhecimento.

Nota-se com isso que a docência universitária na Educação Inclusiva implica em desenvolvimento de competências múltiplas que possam assegurar a formação e condições de permanência a todos os segmentos sociais, sem nenhuma forma de exclusão ou discriminação dos indivíduos desfavorecidos. A Educação Superior deve reconhecer a importância e o seu compromisso a partir da compreensão das intrínsecas relações entre educação e sociedade, para que nesta sociedade haja manifestações democráticas e multiculturais que atendam a todos os cidadãos como sujeitos de direito ao exercício pleno de sua cidadania, respeitando e reconhecendo, assim, a diversidade na formação humana.

Considerações Finais

A partir das reflexões levantadas neste estudo, é possível perceber que a Educação Inclusiva deve ser repensada aos olhos da transformação social. Reconhecer a Educação Inclusiva é acolher a diversidade em primeira instância, levantar a bandeira branca a favor da luta dos direitos humanos, na busca de um ensino democrático e na garantia da inclusão de todos no processo. Desse modo, impede-se a segregação e exclusão entre as pessoas envolvidas no processo.

O Ensino Superior contemporâneo deve dar foco às novas realidades, respeitando as singularidades econômicas, políticas e culturais. Por isso, as propostas de ensino devem ser remoduladas e adequadas de acordo com as novas realidades, primando contra a exclusão social. Conseqüentemente, será uma educação que possibilite a visão de uma sociedade mais justa e democrática que inclua todos que passam pela universidade e pelo trabalho docente.

Enfim, para que se efetive esta inclusão é necessário construir um mundo em que a segregação seja superada a partir das relações interpessoais. Considera-se relevante que a docência ligada ao Ensino Superior assuma a responsabilidade de promover debates sobre o assunto e que coloque em prática uma formação que inclua, considere e respeite a diversidade social, para que se possa alcançar uma transformação desejada na estrutura social e econômica.

Referências

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 19/11/2014.

EDLER CARVALHO, Rosita. **A nova LDB e educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. P. 56

FREITAS, Edson Ferreira de, ANDRADRE, Livia Costa. **Universidade e educação inclusiva: diálogos possíveis**. In: Docência Universitária. Desafios e possibilidades no Ensino Superior. Orgs: Lúcia Kratz e Carla Conti de Freitas. Goiânia: Kelps, 2010.

GLAT, Rosana. **A Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão**. Sette Letras, 1995. P.26

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Trad.: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Graziella Maria de Siqueira, Lilian Rosa da Silva, Patrícia Miranda Ribeiro. Educação Inclusiva no ensino superior: desafios e possibilidades.

PACHANO, Graziela G. **Desenvolvimento Profissional de docente universitário frente aos desafios do mundo contemporâneo.** Anais VII Redestrado. Buenos Aires, 2008.p. 1-20.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** Perspectivas sociológicas. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva:** limites e perspectivas. Goiânia: Descubra 2006.

SANTOS, Alex Reis dos. TELES, Margarida Maria. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva.** ed. Internacional. 3º Simpósio de Educação e Comunicação, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão:** do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência universitária na educação superior. In: RISTOFF, Dilvo e SEVEGNANI, Palmira (Orgs). **Docência na educação superior:** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. P.85-96.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança.** São Paulo: Nova Alexandria, 1995.